

In (2012), “O Estado Social em Causa: instituições sociais, políticas sociais e movimentos sociolaborais”, *Finisterra* – Revista de Reflexão e Crítica, nº 73, pp. 39-80.

## **O Estado social em causa: Instituições, políticas sociais e movimentos sociolaborais no contexto europeu<sup>1</sup>**

Elísio Estanque  
Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

### **Introdução**

Num momento em que a Comunidade Europeia enfrenta a mais grave crise desde a sua origem, o presente texto pretende revisitar algumas das (velhas e novas) discussões em torno do Estado e ao mesmo tempo contribuir para a reflexão em torno do «Estado social» e dos seus desafios atuais. Em primeiro lugar, importa (re)pensar o Estado na sua relação com a sociedade, e questionar o seu papel, o seu potencial e os seus limites no atual contexto de austeridade. De facto, é tempo de se fazer o balanço e de se reinterpretar o legado “social” e histórico da Europa moderna, à luz da realidade presente e das perplexidades que hoje ameaçam o modelo social europeu. A encruzilhada em que nos encontramos, perante medidas de austeridade que atingem em cheio as classes médias e os trabalhadores em geral, não pode esperar-se uma total passividade e conformismo dos cidadãos, em especial em países como Portugal, em que a relativa estabilidade e coesão social se deveu sobretudo ao papel do Estado social. Daí que seja indispensável prestar atenção aos novos movimentos sociolaborais que se reconfiguram na fronteira entre um Estado fragilizado e um mercado de trabalho onde grassa a precariedade, o desemprego e onde os direitos laborais estão a “desfazer-se no ar”.

### **Concepções e contradições do Estado moderno**

---

<sup>1</sup> O presente texto está igualmente em publicação no livro: Silva, Filipe Carreira (org.) (2012), *Os Portugueses e o Estado Providência*. Lisboa: ICS;

O Estado e o seu significado sociológico permanece intimamente ligado à história do Ocidente, onde, como é sabido, a Europa ocupa um lugar central. A gênese do Estado remete para o poder, sendo que este, reside, em última instância, na força, a começar pela força militar. Nessa medida, é nos exércitos, nos dotes de chefia dos seus líderes e na sua capacidade estratégica que repousa o domínio dos grandes impérios ou das cidades-Estado mais influentes da era clássica. Faz sentido remeter para essas fórmulas originárias do exercício do poder para refletirmos sobre o Estado e a sociedade. Todavia, até hoje o conceito de «Estado» permanece discutível quanto à sua origem e ao seu significado. O termo foi usado pela primeira vez por Maquiavel (*O Príncipe*, 1532), mas o nascimento do Estado moderno é posterior, sendo em geral situado no tratado de Paz de Westfália (1648), com o reconhecimento de governos soberanos sobre uma dada área territorial. Com uma Europa central devastada por guerras religiosas que duraram várias décadas, a paz foi muito dificilmente conseguida, ocorrendo num período de profunda viragem na correlação de forças entre as diversas potências europeias. O Estado-nação emerge das ruínas da cristandade medieval, resultado da desagregação dos grandes impérios: “A universalidade política medieval, na sua unicidade e pouca diferenciação, sob a autoridade suprema do papa e do imperador, deu lugar a um sistema de Estados nacionais de variadas unidades políticas, soberanas e nacionais, que tinham de enfrentar e resolver o problema das relações com a Igreja, que permanecia universal e transnacional” (Cruz, 1992: 829). A autoridade dos Estados traduziu-se, então, num consenso alargado em torno da soberania de cada território e das funções imputadas ao Estado, isto é: a) uma forma de governo dotada de instituições e meios para impor a sua Lei; b) um povo que aceita submeter-se a esse governo e com ele partilha determinados valores; e c) um território com fronteiras bem delimitadas.

Na famosa obra de Thomas Hobbes, *Leviatã*, o “estado de natureza” terá sido aquele em que, dadas as diferenças de poder e de inteligência entre os homens, e dado que os recursos são sempre escassos, a ausência de um poder dissuasor tende a suscitar uma guerra de todos contra todos. Ora, sendo a guerra permanente uma situação insustentável, é urgente contê-la ou preveni-la. E é justamente pela necessidade de assegurar a paz que os homens tomam consciência da necessidade

de promover um contrato, um compromisso, controlado por uma força centralizadora à qual a sociedade deve submeter-se. Embora, como este clássico reconheceu, o Estado seja em larga medida “uma ficção”, ele transporta uma “vontade própria”, mas que representa e incorpora a vontade colectiva dos cidadãos, criando e manuseando os mecanismos ativos que preservam os direitos e deveres de cada um.

Mas, à visão hobbesiana de uma autoridade centralizada imposta pelo Estado, outros pensadores, como John Locke, contrapõem uma ideia de soberania, igualmente representada pelo Estado, mas consentida pelos indivíduos, por cujas liberdades e direitos de propriedade aquele deve velar, caso contrário o poder de Estado perde legitimidade e os cidadãos têm o direito de revoltar-se. A perspectiva lockiana pressupõe um processo de consolidação de uma racionalidade aliada ao sentido de tolerância, respeito pelas liberdades, e à ideia de governo pelo consentimento, o que proporcionou e deu solidez ao conceito de contrato social como base fundamental de governação, de justiça e de progresso das sociedades. O estatismo de Hobbes e o liberalismo de Locke seriam ainda contrariados por um dos autores mais influentes do século das luzes: Jean-Jacques Rousseau.

Segundo Rousseau, a natureza e o ser humano induziram um direito natural que a sociedade perverteu. Antecipou a visão sociológica segundo a qual a origem das desigualdades entre os homens resulta da própria sociedade, da divisão do trabalho e da propriedade privada, sem no entanto descurar o papel da racionalidade. Só através da razão pode ser criado um “pacto” capaz de permitir a passagem do estado natural ao estado “civil”, passagem essa que teve consequências nefastas como a guerra e o egoísmo. Compete, portanto, ao Estado promover o contrato, apoiando-se na inteligência dos indivíduos, no seu pensamento racional-moral e promovendo leis que sejam expressão dessa vontade geral, a fim de suprir a tendência à desordem instigada pelo sistema social emergente. Porém, só o povo pode conferir legitimidade ao governo, que pressupõe o respeito pela liberdade, justiça e igualdade, considerados os principais garantes do contrato social entre os súbditos e os soberanos, cujas relações são de reciprocidade.

Embora, as reflexões filosóficas em torno do Estado remontem ao berço da civilização ocidental, é sobretudo com a emergência do capitalismo moderno que se desenham as principais concepções a seu respeito, perante o triunfo da nova sociedade ocidental, e é a partir delas que importa entender – e se possível reformular – a natureza complexa e contraditória do aparelho de Estado na sua relação com a economia e a sociedade em geral. Autores clássicos das ciências sociais como Max Weber e Émile Durkheim pensaram o papel do Estado moderno enquanto instância fundamental de racionalidade política e de organização da ordem social e moral da sociedade. Já Karl Marx desenvolveu todo um edifício teórico em que o Estado capitalista é visto sobretudo como aparelho de dominação associado à ordem económica e ao poder do capital nas sociedades industriais. O que estes pensadores tiveram em comum e que nos pode ajudar a compreender os problemas atuais foi a sua perceção de que o Estado e a economia são dimensões inscritas na sociedade e na sua estrutura socioeconómica.

Na verdade, o mais importante é atentar na natureza contraditória, plural e complexa da sociedade moderna, cuja conflitualidade ganhou um carácter estrutural logo no seu processo de gestação. Desde finais do século XVIII que as guerras civis, os movimentos camponeses, a revolução burguesa e o movimento operário marcaram a Europa ocidental com sucessivas convulsões sociais e políticas, a provar como a consolidação das nações modernas esteve longe de ser um processo harmonioso. Daí que as preocupações com a lei, a ordem e a moral tivessem acompanhado as grandes correntes teóricas e filosóficas do pensamento social, muito embora, paradoxalmente, o triunfo da racionalidade ocidental tenha caminhado lado a lado com a instabilidade, o conflito e a luta entre classes.

É neste ponto que importa realçar a sagacidade de Marx ao antever a natureza eminentemente contraditória do capitalismo moderno e a sua propensão para aprofundar essas contradições, que até agora tem oscilado entre a tentação autodestrutiva e a capacidade regeneradora. Nesta perspetiva, o Estado, ainda que se imponha como uma instância superior e acima da sociedade, nunca se despe das relações de classe e, nesse sentido, assume-se como o principal veículo de legitimação e reprodução das fortes desigualdades sociais e económicas por que se

rege a sociedade capitalista. Do ponto de vista conceptual, as referências de Marx ao Estado são dispersas, pouco aprofundadas e por vezes contraditórias, estando mais presentes nos seus escritos históricos. Marx vê o Estado como uma dimensão do sistema de dominação de classes, considerando-o uma instituição “parasita” que serve os interesses da burguesia e dos altos funcionários, um “epifenómeno” das relações de propriedade, sobressaindo ainda no seu pensamento uma noção de “Estado instrumento” (cf. Bobbio, 1979), noção esta que é particularmente realçada por Lenine<sup>2</sup>. As análises marxistas mais elaboradas sobre a complexidade e as tensões internas que atravessam o Estado capitalista surgiram mais tarde (Poulantzas, 1978; Wright, 1978; Evens *et al.*, 1985; Jessop, 1990).

As concepções e controvérsias acerca do Estado são tantas e tão diversas que não cabem nesta breve reflexão. Desde os defensores do *laissez faire*, do Estado mínimo, que apenas reconheciam o seu papel de “vigilante”, garante da paz, dos direitos de propriedade e pouco mais, às teorias do estatismo mais abrangente, o Estado-sujeito ou o hobbesiano *Leviatã*, passando pela referida concepção leninista do Estado-instrumento, as premissas e conceitos em torno do Estado são difíceis de elencar.

Um traço decisivo para a afirmação do Estado é o equilíbrio dinâmico entre a lei e a ordem, de um lado, e a ação política dos cidadãos “livres” num dado território, do outro. No que respeita ao papel político do Estado poder-se-á dizer, com Samuel Huntington, que “na ausência total de conflito social as instituições políticas são desnecessárias, na ausência total de harmonia são impossíveis”. Daí que, no quadro democrático, o Estado seja, por excelência, o terreno da política, o qual, aliás, só tem sentido enquanto espaço plural, de liberdade, de diálogo, de compromisso e de conflitualidade. Prende-se com isso a permanente tensão entre a atividade “interna” do Estado e a sua atividade “externa”, sendo que o termo “interna” tanto pode referir-se à esfera das suas próprias instituições como ao território nacional, enquanto a dimensão “externa” pode remeter quer para a ação diplomática e da defesa perante os inimigos exteriores, quer para a esfera que fica de fora do sistema político-jurídico-administrativo

---

<sup>2</sup> Uma perspetiva que fica clara na sua obra *O Estado e a Revolução*: “Segundo Marx, o Estado é um órgão de *dominação* de classe, um órgão de *opressão* de uma classe por outra, é a criação da «ordem» que legaliza e consolida esta opressão, moderando o conflito de classes.” (Lenine, 1978 [1917]: 15).

do Estado, isto é, para a sociedade civil. Deste modo, faz sentido afirmar que a eficácia do Estado se mede não tanto pelo seu funcionamento interno mas mais pelo maior ou menor sucesso na relação que estabelece com o que lhe é exterior. Por isso, as alianças, os jogos de poder e a ação estratégica que definem os atores da arena política que operam no seio do Estado ou em relação direta com ele, os levam a lutar permanentemente por reforçar e reinventar as suas fontes de legitimidade política através da persuasão e do compromisso em torno de interesses (taticamente) comuns. Como afirmou o autor de *O Contrato Social*, “o forte nunca é suficientemente forte para ser sempre o senhor, a menos que transforme a força em direito e a obediência em dever” (Rousseau, 2000 [1762]).

Para Weber, o Estado é, por definição, a esfera da política e das instituições da governação, que devem – através da lei – prevenir o risco de excessivo intervencionismo na economia e na sociedade. Sendo o detentor no monopólio da violência legítima, deve velar pela ordem social (legítima), promovendo os meios legais para regular os conflitos, revertendo-os em “lutas pacíficas”, isto é, criando uma saudável competição individual que leve a sociedade a premiar os mais aptos, dando lugar a um sistema estratificado que reflita a distribuição diferencial do poder. Assim, o Estado social emergente não deveria exceder os limites de um “Estado regulador”, ou seja, assumir-se como o principal garante do modelo liberal. Compete ao Estado e ao mercado desenvolver e aperfeiçoar a racionalidade, promovendo leis e formas administrativas assentes em sistemas impessoais e burocráticos capazes de consolidar essa mesma ordem, sendo esta apoiada em formas legítimas de consentimento – fundadas na tradição, na legalidade ou no carisma do líder – e não na coerção. Na perspetiva weberiana assume particular importância o papel dos funcionários e técnicos, especializados na gestão do direito formal que o Ocidente apropriou do legado do império romano e que influenciou a burocracia estatal moderna, sem a qual o capitalismo não poderia consolidar-se. O aumento da complexidade a isso obrigava, se bem que Weber reconhecesse os problemas daí advindos para o funcionamento da democracia. Entre outros, o autor de *Economia e Sociedade* assinala a crescente tensão entre *soberania crescente* (controlo dos governos pelos governados) e *soberania decrescente* (controlo dos governados pela burocracia), enquanto fatores

favoráveis à emergência de um duplo perigo: a “jaula de ferro” da administração e as ações emotivo-passionais instigadoras de novos poderes carismáticos (Santos e Avritzer, 2003: 41).

Já Durkheim, preocupado com a ordem moral e a integração dos indivíduos numa sociedade caracterizada pela “solidariedade orgânica”, considerou o Estado como inerente ao carácter complexo e plural das sociedades “políticas”, ou seja, ele só existe em sistemas diferenciados cuja composição interna agrega distintos grupos secundários. Impõe-se enquanto autoridade, não pela força mas através da moralidade, instigando os indivíduos a participar, sobretudo através do associativismo corporativo, no exercício das profissões, na edificação de uma normatividade onde o coletivo tem a primazia sobre o individual, sem no entanto oprimir os indivíduos. O Estado é então “a sede de uma consciência mais elevada” que, sem se confundir com a coletividade mais geral, constitui o seu sistema nervoso central, “o órgão encarregado de elaborar certas representações que valem para toda a coletividade, que se distingue das outras representações coletivas pelo grau mais elevado de consciência e reflexão” (Durkheim, 1983).

Se o Estado veio a conquistar uma tão evidente centralidade no mundo ocidental – e em especial na Europa – foi não apenas por via do seu papel político, mas sobretudo porque a economia de mercado, que dominou as sociedades industriais a partir do século XIX, deu lugar a fortíssimas ruturas sociais e conduziu a um desmantelamento violento das velhas formas de organização económica e de coesão cultural das comunidades tradicionais. A economia das sociedades humanas está submersa em relações sociais, como afirma Polanyi (1980), e a produção era nas sociedades tradicionais uma função direta da organização social, a qual desenvolveu as suas atividades e relações de troca na base dos princípios da reciprocidade, da dádiva e da redistribuição, e onde a ideia de lucro ou mesmo de riqueza, do ponto de vista individual, estiveram ausentes. Todavia, foi justamente o domínio avassalador do princípio do mercado que fez despoletar a necessidade social de mecanismos de regulação, a fim de minimizar ou prevenir os excessos do capitalismo selvagem que nessa época se instalou na Europa, em especial em Inglaterra. Daí o paradoxo do Estado, tendo em conta que – como ilustram as ideias de J.-J. Rousseau – o mesmo

vive há vários séculos no dilema de lutar pela realização da comunidade política ao mesmo tempo que se debate com a crescente fragmentação das identidades coletivas de base local, dando lugar, não poucas vezes, ora a formas elitistas de democracia mitigada, com escassa participação popular, ora a regimes nacionalistas onde as massas se tornaram mera força instrumentalizada por chefes autoritários. O sonho de construção de uma comunidade política alargada para níveis que recuperassem o velho sentido (rousseauiano) da comunidade natural foi uma utopia por cumprir, mesmo depois da experiência europeia do contrato social, apesar desta ter sido a fórmula que – na vigência do Estado-providência – mais se aproximou da referida utopia (Morris, 1996).

Se a atividade económica é sempre social, tal não invalida reconhecer-se a distinção analítica entre os dois domínios. Para além de que, apesar das implicações recíprocas entre economia e sociedade, trata-se de dimensões que encerram tensões e lógicas conflituantes, sobretudo se a esfera económica é dominada pelo princípio do mercado. Na verdade, uma análise mais abrangente do papel do Estado que nos permita ensaiar uma abordagem integrada do seu significado social e político requer um esforço de reflexão em que tais princípios terão de estar presentes.

Embora os marxistas tenham olhado para o Estado capitalista sobretudo enquanto “superestrutura” – expressão de uma realidade económica fundada em relações de classe e formas de exploração – a visão estruturalista e dicotómica perdeu atualidade à medida que novos desenvolvimentos teóricos foram surgindo, inclusive no seio do campo marxista, por exemplo a partir dos contributos de Nikos Poulantzas. Nesta linha de reflexão, é consensual a ideia de que o Estado tem como principal função societal, no capitalismo, organizar as classes dominantes enquanto “bloco-no-poder”, conferindo coerência e aproximando os diferentes interesses entre frações específicas da burguesia, função essa que só pode ser cumprida na medida em que a “relativa autonomia” das instituições seja assegurada. Dito de outra forma, para que o Estado consiga cumprir um tal desígnio, isto é, para realizar a sua função reprodutiva e assegurar a coesão da ordem socioeconómica vigente, terá de se afirmar “acima” de cada fração e sempre que necessário agir em benefício (real ou aparente) do povo e das classes trabalhadoras, por exemplo, legislando contra os interesses (imediatos)



dos grupos privilegiados. É em larga medida devido à atividade redistributiva do Estado que a sua função ideológica e discursiva ganha eficácia no apaziguamento da conflitualidade social e consequente preservação do *status quo*. Efetivamente, o Estado só pode assegurar a sua força política enquanto controlar ou regular a riqueza económica produzida na sociedade, em particular ao assegurar as condições de crescimento e acumulação de riqueza que sustenta a política fiscal de que depende. Importa, por isso, recusar a noção de absoluta autonomia ou de mera instância normativa para o Estado moderno.

O Estado tem um fundamento económico, enquanto a economia tem um fundamento político (Burawoy, 1985 e 2010). Por um lado, o fundamento económico refere-se à sua capacidade política para intervir na economia. Por outro lado, a economia tem um fundamento político no sentido em que o modo como cada um dos agentes económicos participa no sistema produtivo (e no mercado) obedece a relações de poder e dominação orientadas por critérios e formas de retribuição e de recompensa profundamente desiguais, mas suportadas por lógicas de consentimento que naturalizam as desigualdades e formas de exploração. Em suma, é na sua tripla função – económica, ideológica e política – que o Estado realiza o seu papel de produção e de revitalização permanente dos ingredientes que cimentam a sociedade no seu conjunto. Todavia, esse é um trabalho que está longe de ser isento de contradições.

Embora o Estado constitua a “ossatura” (Poulantzas, 1978) da sociedade e funcione como o “destilador” da luta de classes, não deixa de abrigar no seu seio as inevitáveis tensões e conflitos inscritos nos jogos de interesses e nas alianças que os seus agentes permanentemente promovem, seja de dentro para fora seja de fora para dentro. Trata-se de um sistema onde as componentes institucional, formal e jurídica podem esconder uma parte das relações e disputas concretas que circulam no seu seio, ou seja pode falar-se, em certos contextos, como já foi apontado no caso da sociedade portuguesa, de um *Estado dual* ou *Estado paralelo* (Santos, 1990 e 1994), que tanto atua por ação como por omissão na sua articulação tensa e complexa com a sociedade, na sua função simultaneamente reguladora, normativa e de dominação. A linguagem e os rituais do Estado são sempre adornados com as vestes mais coloridas, evidenciando desse modo a sua vocação ideológica, usando reiteradamente as formas

cerimoniais e os meios discursivos de comunicação ao seu dispor para dissimular ou esconder perante os olhares públicos as tramas que operam paralelamente nos subterrâneos dessa teia densa e labiríntica de instâncias e de interesses que alimentam o Estado ou dele se alimentam (Poulantzas, 1971 e 1978; Burawoy, 1985; Ruivo, 1999).

### **Sociedade, mercado e Estado social**

A partir de formulações desenvolvidas por Boaventura de Sousa Santos (1994), pode considerar-se que o Estado, o mercado e a comunidade constituem princípios centrais na organização das sociedades ao longo da modernidade, jogando a sua articulação um papel dinâmico na organização do sentido histórico que, em momentos diferentes, marcou as sociedades europeias nos últimos duzentos anos. Tais dinâmicas são, portanto, expressão das contradições estruturais que em contextos particulares – e sob a forma de políticas governativas, movimentos sociais, lutas de classe ou outras forças organizadas – assumem orientações concretas, empurrando por assim dizer a sociedade ora numa direção progressista e emancipatória (melhorando os padrões de vida e bem-estar dos seus cidadãos), ora para a reprodução e reforço de opressões e injustiças sociais (prolongando os fatores de atraso ou regredindo nos seus padrões de desenvolvimento).

Como atrás referi, fazendo referência aos estudos de Karl Polanyi (1980), a chamada economia “de mercado” só se tornou dominante no pós-Revolução Industrial, tendo, na verdade a Europa do século XIX assistido a um domínio avassalador do mercantilismo, que, ao longo da fase mais “selvagem” do capitalismo moderno obrigou à construção de mecanismos de regulação, designadamente através do Estado. Quer isto dizer que – em contracorrente com o pensamento económico neoliberal que dominou o mundo desde os anos oitenta do século passado – o papel dos “mercados”, enquanto entidades ou “forças” capazes de se imporem às sociedades, foi sempre rejeitado pelos modelos tradicionais de organização económica nas sociedades de economia agrária e nas culturas rurais, pelo que, como aconteceu no século XIX, o liberalismo desregulado gerou compreensíveis resistências sociais e políticas,

pressionando os governos e as instituições públicas a criar meios para limitar e regular os excessos do mercantilismo.

É neste quadro que importa situar o problema a fim de compreendermos alguns dos fundamentos sociológicos do Estado social na Europa e as razões por que a sua eventual extinção ou falência significaria um golpe profundo nas expectativas dos cidadãos europeus (como adiante veremos), cujas consequências poderiam ser devastadoras. O Estado, enquanto relação de forças condensada, veste-se das roupagens do positivismo durkheimiano para produzir normatividade e ao mesmo tempo cria uma ficção de unidade, a “comunidade imaginada” (Anderson, 1991), usando os seus diferentes aparelhos e políticas para promover formas duradouras de consentimento, seja através da ação e do discurso, seja através de opacidades e silêncios seletivamente controlados. Os seus objetivos passam, portanto, por tentar conjugar três dimensões fundamentais: a) o património histórico, cultural e linguístico do respetivo território onde é o garante da soberania; b) as experiências, identidades, interesses de classe, lutas e conflitos do passado e do presente; e c) a organização social e institucional concreta, imprimindo-lhe uma estratégia racional e um projeto de futuro (Burawoy, 1985). Acresce que estas dimensões, nas suas diferentes conjugações, dão lugar em cada momento histórico a formas e regimes de regulação particulares que é necessário entender numa perspetiva dinâmica.

Nos últimos duzentos anos é possível conceber a existência de diversos regimes de acumulação. Numa primeira fase, um *regime despótico*, de mercado, que vingou no período de capitalismo “selvagem”, suscitando respostas e movimentos sociais anti-sistémicos, com destaque para o movimento operário e para as convulsões e movimentos republicanos, anarquistas e socialistas que assumiram uma força decisiva na viragem do século XIX para o século XX. Entretanto, a consolidação de novas técnicas e racionalidades burocráticas aplicadas à economia, conduziram ao aperfeiçoamento de um *regime disciplinar* na produção, caracterizado pela rápida acumulação e crescimento (modelo taylorista), o que, apesar disso, não evitou a grande instabilidade social e política que passou por intensos conflitos, guerras e revoluções – desde a I Guerra Mundial à revolução bolchevique e que três décadas depois culminou com a II Guerra Mundial – na primeira metade do século XX. Só

posteriormente, já no período do pós-guerra se afirmou um *regime hegemónico*, coincidente com o advento do *welfare state*, no qual a integração e o consentimento foram objeto de uma negociação e compromissos sociais realizados à sombra do fordismo e das políticas sociais promovidas pelo Estado. Finalmente, desde a década oitenta do século passado, assistimos a uma nova viragem, de sentido liberal mas agora na escala global, o que leva a que se fale da emergência de uma nova forma de despotismo, o *despotismo global* ou despotismo hegemónico, coincidente com as últimas décadas de hegemonia neoliberal, em que a regulação se realizou através das múltiplas conexões transnacionais dinamizadas pela globalização e pelo capitalismo financeiro, apoiados nas redes informáticas e nas novas tecnologias da comunicação (Burawoy 1985 e 2001; Castells, 1999).

Pode, pois, afirmar-se que ao longo dos últimos três séculos aqueles regimes operaram sobre os despojos da velha sociedade pré-industrial onde eram as estruturas sociais – ou mais corretamente, da comunidade – que comandavam a economia. Na linha de autores já referidos (Santos, 1994; Polanyi, 1980), pode dizer-se que o modo como se combinaram ao longo de todo este tempo dependeu sempre da forma como os princípios da comunidade, do mercado e do Estado se foram estruturando na geometria do território e na organização colectiva das sociedades e das nações. Com maior ou menor articulação entre os princípios do Estado, do mercado e da comunidade (Santos, 1994 e 2011)<sup>3</sup> permaneceu uma constante tensão na qual se inscreveram os processos de sentido mais progressista e emancipatórios ou o seu contrário, as forças mais normalizadoras ou sistemas mais conservadores e autoritários. Até finais do século XIX foi o *princípio de mercado* que se sobrepôs aos restantes mas o mesmo induziu – sobretudo devido ao papel da luta de classes – um esforço de reconstrução do princípio da comunidade. O movimento operário e as ideologias mais radicais que o penetraram (em especial o anarquismo e o marxismo) foram portadores de uma linguagem, de um projeto político que, de certo modo, transportaram um reforço do princípio da comunidade ou, dito de outra maneira, projetaram um discurso classista e comunitarista que, além da sua marca

---

<sup>3</sup> Boaventura de Sousa Santos refere-se a estes três princípios na sua articulação com os pilares da regulação e da emancipação (Santos, 1994).

emancipatória, reinventaram a identidade colectiva dos oprimidos em torno da noção de classe. Ainda que em parte ficcionada, essa foi uma subjetividade que, por um lado, resistiu ao princípio do mercado e, por outro lado, foi decisiva para a emergência do Estado social. Tal processo acabou por conduzir à primazia do *princípio do Estado* sobre os princípios do mercado e *da comunidade*, tornando-se hegemónico, em especial após a II Guerra Mundial, com o triunfo e consolidação do Estado-providência. Mas, como é sabido, a partir da década de setenta foi de novo o mercantilismo que se reergueu e, desde então, é novamente o *princípio do mercado* que ganha hegemonia e o Estado que recua – e os seus programas sociais, assistenciais e solidários – e se tem vindo a submeter cada vez mais à economia de mercado, agora numa escala mais ampla, sob a batuta da globalização neoliberal.

Em diversos momentos desde o nascimento das sociedades industriais modernas, mas em especial nas últimas quatro décadas, os mercados cresceram de uma forma avassaladora, mantendo a sua oposição ao protagonismo estatal. Se, durante muitos séculos, os mercados foram apenas acessórios dos sistemas sociais, agora passou a ser a produção e distribuição que se viriam a submeter cada vez mais aos mercados e as transações monetárias e a motivação pelo lucro ganham primazia sobre as relações de troca e a reciprocidade. Até certo ponto, a sociedade no seu conjunto regressa à situação que já experimentara no século XIX, isto é, a uma sujeição generalizada às leis do mercado. Segundo Polanyi, o trabalho, a terra e o dinheiro, sendo parte do sistema económico, são organizados através do mercado, mas não são mercadorias dado que nenhum deles foi criado para venda pelo que “a descrição do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadorias é inteiramente fictícia” (Polanyi, 1980: 85). Sendo uma tendência antiga, que este autor remete aos finais do século XVIII, não há dúvidas que o recrudescimento do princípio do mercado como ideologia dominante suscitou algum paralelismo com o que aconteceu na Europa desde há duzentos anos, levando a economia de mercado a ganhar ascendente sobre as atividades produtivas de base comunitária e solidarista (Laville e Roustang, 1999).

O campo laboral foi sem dúvida aquele em que os impactos desestruturadores da globalização têm sido mais problemáticos. As consequências disso mostraram-se devastadoras para milhões de trabalhadores de diversos continentes. E a Europa é o

continente onde as alterações em curso representam o mais flagrante retrocesso perante conquistas alcançadas, desde o século XIX. Com efeito, os impactos da globalização têm vindo a induzir novas formas de trabalho cada vez mais desreguladas, num quadro social marcado pela flexibilidade, subcontratação, desemprego, individualização e precariedade da força de trabalho. Assistiu-se a uma progressiva redução de direitos laborais e sociais, e ao aumento da insegurança e do risco, num processo que se vem revelando devastador para a classe trabalhadora e o sindicalismo desde os finais do século XX (Castells, 1999; Beck, 2000; Antunes, 2006).

Embora se saiba que não existe um modelo europeu único, pode, genericamente, considerar-se que os traços que guiaram as principais economias europeias ao longo do chamado modelo *fordista* passaram por um equilíbrio entre o Estado e o mercado, conjugado com um contínuo crescimento económico com políticas económicas keynesianas de procura do pleno emprego e um equilíbrio entre a produção industrial e a redistribuição. Tal sistema estimulou o aumento do poder de compra e a sustentabilidade das políticas de segurança e proteção social, configuradas no Estado-providência, que se apresentou ao mundo como o principal modelo de sucesso económico e de bem-estar geral. O Estado-providência europeu tornou-se uma espécie de contraparte do modelo de “socialismo soviético”, um e outro com pretensões a servir de “farol” de progresso e emancipação dos trabalhadores e da humanidade, ao longo do período entre 1945 e 1975, por isso mesmo já batizado pelos “gloriosos trinta anos” de bem-estar social.

A Europa (particularmente os países da região Norte) reunia as vantagens dos EUA com todos os seus avanços tecnológicos e cultura democrática com políticas sociais protetoras dos mais desapossados. Efetivamente a relação salarial *fordista* de produção, que se generalizou no pós-guerra – embora, evidentemente segundo dinâmicas nacionais muito distintas consoante as regiões e os regimes de cada país –, é indissociável do papel do Estado, pois ela traduziu a passagem de uma relação de trabalho concorrencial e puramente mercantil para um modelo juridicamente regulado, dando lugar à ideia de que: “a garantia de emprego e a noção de emprego – o contrato indeterminado – e a proteção social estão na origem da chamada cidadania social na Europa ocidental do pós-guerra” (Oliveira e Carvalho, 2010: 27).

O choque petrolífero de 1973-74 provocou receios sérios de uma doença súbita e preocupante para a Europa: a “euro-eslerose”, relacionada com a perda de confiança no modelo e seu futuro prospetivo (Cravinho, 2007), já então com as economias asiáticas em pano de fundo, mostrando os primeiros riscos de desmantelamento do modelo e dando lugar a um discurso que passou a secundarizar o papel das empresas e da indústria em benefício da economia financeira e do monetarismo. Como assinalou João Cravinho, o olhar passou a centrar-se, na perceção comum, “quase exclusivamente no lado social do modelo, representado pelo Estado social, acompanhado pelas políticas de redistribuição financiadas pela elevada taxação” (Cravinho, 2007: 14). Esta leitura assentava na ideia de que o desempenho económico da Europa era francamente deficitário por referência aos EUA e, ao que se supunha, por maioria de razão o seriam perante as economias emergentes do continente asiático assentes nos baixos salários. A crescente pressão que se foi exercendo sobre as atribuições sociais do Estado – fortemente potenciadas pelo triunfo político do modelo neoliberal consubstanciado nas vitórias de Ronald Reagan e Margaret Thatcher – deu lugar a novas fórmulas e propostas para a redução da intervenção estatal na economia, suscitando novas linhas de argumentação em que o chamado “princípio da subsidiariedade”, isto é, a ideia de restringir ao mínimo indispensável a intervenção do Estado, quer na atividade empresarial quer mesmo nos programas assistencialistas, apenas se justificava enquanto complemento da sociedade e dos agentes económicos, ou seja, apenas nos casos em que a iniciativa privada se revelasse incapaz de cumprir as funções consideradas fundamentais para o interesse público.

Como atrás foi apontado, os modelos “sociais” ou de regulação que marcaram a Europa passaram por ciclos muito distintos e revelaram tensões e conexões muito complexas, não obstante a presença dominante de uma dada fórmula em relação a outras. Nesse processo, sempre oscilaram tendências contrárias ou complementares entre a primazia dos mercados e a do Estado. É importante não esquecer que o que ocorreu no continente europeu e no Ocidente em geral não foi, de modo nenhum, um processo uniforme e simultâneo em todos os países. Muito embora a economia de mercado tenha começado a aumentar a sua força perante os Estados soberanos (o desequilíbrio de poderes, a força política, militar, tecnológica etc., de cada Estado),

bem como a solidez das suas instituições e o nível geral de qualificações e capacidade competitiva no xadrez internacional, daí resultaram dinâmicas muito discrepantes. Podem, por exemplo, fazer-se distinções muito claras entre o modelo das sociais-democracias vigente nos países nórdicos, a tradição corporativista de países como a Alemanha, a França e a Itália e o modelo mais liberal vigente no Reino Unido (e nos EUA), sendo no entanto de destacar que, já desde os anos noventa se vem colocando em causa a ideia de que o modelo neoliberal seja o desenlace inevitável da crise do Estado-providência (Jessop, 1993; Esping-Andersen, 1996; Santos e Ferreira, 2001). Não se trata, portanto, de pensarmos em termos de uma simples viabilidade ou inviabilidade do “Estado social”, mas antes no quadro das transformações socioeconómicas e políticas mais profundas que marcam a mudança histórica, em particular nos últimos dez anos. Sendo o capitalismo um sistema dotado de grande complexidade e dinamismo, o modo como a sua infraestrutura económica se combina com o sistema democrático (a democracia formal) tem obedecido sempre a contradições e compromissos mais ou menos instáveis, sendo hoje duvidoso até quando e em que condições a democracia e o capitalismo constituem um binómio compatível ao crescimento das forças produtivas ou se, pelo contrário, intensificam os seus antagonismos e nos conduzem a ruturas radicais e imprevisíveis (Santos, 2005 e 2011). Seja como for, a história mostra-nos que não há modelos monolíticos que se seguem uns aos outros, mas sim soluções sempre compósitas, transitórias e de duração indefinida.

Num período como o que temos vivido nos últimos anos no contexto europeu, de atrofamento do *welfare state*, vimos como o modelo *keynesiano* foi deixando espaço para, de novo, reemergir um conceito de “Estado regulador”, inspirado no princípio *shumpeteriano* segundo o qual os mercados são dotados de uma capacidade “natural” de autorregulação, cabendo ao Estado sobretudo assegurar as condições da boa concorrência. Essa passagem, apesar das suas particularidades em países diferentes, traduziu-se em três traços fundamentais: a descentralização da ação estatal para as escalas local ou transnacional; a maior focalização na esfera laboral, nomeadamente nas políticas de formação profissional e na flexibilização (*lean production*); a aposta na



“governança”, em geral acompanhada por processos de privatização e subcontratação em diversos sectores e serviços públicos (Silva, 2009).

O que vem sucedendo na Europa nas últimas décadas prende-se igualmente com um conjunto de processos e tendências extremamente diversas, apesar de no seu conjunto se tratar de transformações arrastadas pelas mesmas forças que têm vindo a fustigar as economias e os Estados desde os anos oitenta do século passado. O fraco crescimento e a recessão económica, o défice público, o endividamento externo e o envelhecimento demográfico são alguns dos aspectos que tornaram insustentável o modelo de Estado social na maioria dos países europeus e estão a empurrar alguns para a ruína.

Nestas condições, parece evidente a impossibilidade de um regresso à velha matriz do Estado-providência tal como existiu no passado. O que está em curso é uma mudança profunda e estrutural, tornando impossível o retorno à situação dos “gloriosos trinta anos”. As opções políticas a adotar terão de escolher entre a intensificação do mercantilismo “selvagem”, correndo o risco de fazer explodir as desigualdades, a miséria e as injustiças sociais, com a consequente generalização da conflitualidade, ou dar continuidade à tradição humanista e solidária inscrita na história da Europa, reerguendo um modelo social adequado à nova realidade. Perante o agravamento da atual crise, o modelo neoliberal (ainda hegemónico) perdeu legitimidade em face dos resultados desastrosos do poder financeiro e do mercantilismo global, o que, associado às incongruências das políticas da UE, colocou perigosamente em causa o projecto europeu e conduziu alguns dos Estados mais antigos (como Portugal e a Grécia) em risco de falência e perda de soberania. Por isso aumentam a cada dia que passa as vozes a diagnosticar a crescente fragilidade da própria democracia liberal representativa, embora se trate de um risco que pode ser travado a tempo, como consequência de uma previsível repolitização da sociedade – cujos indícios já começam a surgir nomeadamente através do revigoramento dos movimentos sociais –, dinamizando novas modalidades de ação e abrindo novas perspectivas de exercício de cidadania. Filipe Carreira da Silva sugere um cenário de recriação da fórmula antiga, referindo-se a um “Estado neo-social”, cenário que, a confirmar-se, passará pela emergência de um novo paradigma que poderá inspirar-se, “quer em ideologias do

passado entretanto reformuladas, quer híbridas mais ou menos consistentes, quer até em propostas realmente originais [que] poderão vir a ser esgrimidas no espaço público num futuro mais próximo do que muitos julgariam possível apenas há uns meses atrás” (Carreira da Silva, 2009: 38). Seja como for, o caso português oferece-se como um exemplo particular, um *case study* que merece ser pensado à luz das suas especificidades.

### **Portugal e o Estado social**

A valorização do Estado social por parte dos europeus e dos portugueses é inquestionável, mas a sua importância reflete ao mesmo tempo as debilidades estruturais da sociedade portuguesa. Essa é uma realidade que pode ser observada quer no plano concreto, quer no plano das representações subjetivas. Como é sabido, em Portugal o Estado-providência surgiu muito tardiamente e não chegou a atingir uma robustez que o situasse num padrão semelhante ao que vigorou nos países do norte da Europa. A industrialização tardia e a fragilidade de uma economia pequena e atrasada, sob o controlo apertado de um regime repressivo e avesso a qualquer modernização, ou seja, a condição periférica em que nos encontramos, teria de constituir um quadro de dificuldades acrescidas para os projetos de desenvolvimento que o país pretendeu abraçar em 25 de Abril de 1974. Sem esquecer o entusiasmo coletivo e a importância das experiências de democracia participativa no período revolucionário – num contexto em que a fragilidade ou paralisação das instituições do Estado abriu espaço para projetos de mobilização, associativismo e cooperação entre trabalhadores, moradores, sindicatos, etc. –, nomeadamente no próprio desenhar dos contornos do modelo de Estado social que posteriormente se procurou edificar, o certo é que as condições socioeconómicas do nosso país não foram as mais favoráveis. No início da década de oitenta, quando o nosso Estado-providência começou a ser construído, estávamos ainda a “digerir” a ressaca da utopia revolucionária, que ficcionámos tão rápida como ingenuamente. Então, uma parte dos atores políticos com maiores responsabilidades na governação presumiu que o crescimento económico seria imparável e que, portanto, as políticas públicas teriam uma sequência de natural consolidação rumo a um “socialismo democrático” onde as políticas redistributivas poderiam satisfazer os

cidadãos, levando o país a recuperar em poucos anos o atraso ancestral que tinha. A outra parte, foi mais cética quanto às virtudes do Estado na economia e estimulou ao máximo a iniciativa individual e o papel do mercado, muito embora nunca deixasse de controlar os recursos públicos para satisfazer as suas clientelas e permanecer senão no governo, pelo menos na zona de influência (e de “alternância”) que permitisse manter algum poder e beneficiar dos recursos público em cada novo ciclo político. Em todo o caso, o que aqui importa destacar é que, dadas as circunstâncias históricas e sociopolíticas em que se iniciou o processo de construção do nosso Estado social, ele surgiu já em contraciclo com o que estava a ocorrer nos países europeus avançados. Com duas agravantes: não tínhamos nem uma cultura democrática consolidada nem um potencial económico e tecnológico que garantissem de facto um ciclo de crescimento que nos aproximasse desses países.

A adesão à Comunidade Económica Europeia (atual UE) constituiu, na verdade, um impulso importante que, objetivamente, estimulou os inegáveis avanços que em todas as áreas sociais alcançámos nas últimas três décadas. No entanto, e em contrapartida, a “promessa” da Europa e a ficção montada pelo discurso dominante levou os portugueses a crer que, com a entrada dos fundos estruturais, com a competência “técnica” que o Primeiro-Ministro de então, Cavaco Silva e a sua *entourage* e as condições internacionais favoráveis, iríamos, enfim, por um lado, corrigir os excessos e aplacar o sonho socialista e, por outro, meter nos carris uma economia que nos traria o sucesso e o bem-estar, desde que mostrássemos ser “bons alunos” perante a Europa. Apaziguar a contestação e apostar nas oportunidades e nas carreiras individuais, deixando-nos guiar por um professor de inquestionável competência seria pretensamente a condição infalível para atingir “o pelotão da frente”. Muito embora sejam inegáveis os resultados da primeira década após a adesão – tanto no plano do crescimento como nas infraestruturas e na melhoria de muitos indicadores “sociais” –, as contradições e injustiças sociais não terminaram, obviamente, assim como não terminaram as ilusões acerca do potencial do “Estado-de-recursos-ilimitados”, enquanto as “reformas estruturais” permaneceram eternamente adiadas até aos dias de hoje.

Seja como for, um aspeto que não pode ser ignorado é a especificidade da sociedade portuguesa nesta matéria, revelando muitas vezes formas próprias de conjugação e mistura entre lógicas institucionais e sociais, que noutros países desapareceram há muito. Por exemplo, o fenómeno da “economia solidária” – muitas vezes também designada por “terceiro sector”, “sector não lucrativo”, “economia comunitária”, “economia civil” ou “economia de comunhão” –, tem desempenhado no nosso país um importante papel no plano das sociabilidades ou solidariedades “primárias”, conjugando o Estado, o mercado e a comunidade, onde o social e o económico se misturam, abrindo espaço a formas alternativas de organização produtiva e deste modo escapando do modelo económico imposto pela exclusiva racionalidade capitalista (Ramos, 2011:83). Mesmo admitindo que o Estado-providência português não chegou a passar de um “semi-Estado-providência”, a sua relativa eficácia reguladora e distributiva (pelo menos até aos anos 90) ficou a dever-se ao modo como as dinâmicas da sociedade minimizaram as lacunas e a fraqueza do Estado enquanto instância providencial. Assim, cito de novo Boaventura de Sousa Santos para retomar a sua ideia de que a capacidade de aceitação e a ausência de ruturas e conflitos fortes na nossa sociedade justifica em parte a ineficiência ou carências das prestações públicas – em especial nessa primeira fase – foi suprida por uma providência enraizada na própria sociedade, isto é, “em Portugal, um Estado-providência fraco coexiste com uma sociedade-providencia forte” (Santos, 1994:46).

Ainda que este possa ser um tópico controverso, vem a propósito salientar a importância das subjetividades, no sentido em que, como refere o mesmo autor e eu próprio subscrevo, as condições em que esta promessa de uma “boa sociedade” foi assimilada pela consciência colectiva dos portugueses, a ideia de um processo em marcha segura rumo aos padrões de vida europeus mais avançados da época, reforçou significativamente os níveis de aceitação e de tolerância perante as dificuldades, tornando-as suportáveis na medida em que foram vividas como transitórias, o que ajudou a “despolitizar” parte dos problemas uma vez que sucessivas medidas menos populares podiam ser justificadas como inevitáveis, em nome das exigências da integração europeia. Deste modo a forma política do Estado poderia, assim, ser considerada um “Estado-como-imaginação-do-centro” (Santos, 1994: 51).

## **A relevância do Estado e das políticas sociais**

Os traços que acabei de referir, apesar de contraditórios, não nos impedem de assinalar, como já foi apontado, o efetivo crescimento do Estado e das políticas sociais em Portugal, quer no período do pós-25 de Abril de 1974, quer ainda durante o Estado-Novo. O emprego público, por exemplo, revelou, desde os anos sessenta, uma tendência de crescimento constante até ao início dos anos noventa, nomeadamente, como assinalou João Freire, no que se refere ao pessoal afecto às funções sociais do Estado, sobretudo nos sectores da educação e da saúde, um aumento que vem de antes da referida data histórica, o que não deixa de ser ilustrativo de como esse processo é antigo. Porém, o volume de funcionários nesses sectores era baixo até finais da década de setenta (situando-se nos 20% do total da administração pública), tendo crescido muito rapidamente nas décadas seguintes (cerca de 68% da administração pública) e mantendo-se estável até 2008 (Rosa e Chitas, 2010; Freire, 2011).

O número total de assalariados na administração pública rondava os 523.119 em 2009. Desde 2005 que esse valor tem vindo a diminuir, tendo o sector público perdido pessoal de forma muito significativa sobretudo entre 2005 e 2010, com uma redução de cerca de 80.000 funcionários. Consequentemente, e como mostram os dados mais recentes, as despesas com o pessoal da administração pública em Portugal decresceram muito significativamente. Por comparação com a média dos países da UE27, “o peso das remunerações da administração pública no PIB para Portugal traduz variações negativas de 10,1% em relação ao ano 2000 e de 11,8% em comparação com o ano 2005; enquanto o mesmo indicador para a média dos países da UE apresenta variações positivas de 4,8% relativamente a 2000 e de 2,4% em comparação com 2005” (BOEP, 2011: 1). É claro que o peso relativo da administração pública tem sido apontado, desde há pelo menos uma década, como a principal causa do agravamento da despesa pública e do respetivo défice, com isso justificando um vasto conjunto de medidas (adotadas pelos últimos governos) no sentido de reformar o Estado, tendência que, como é sobejamente conhecido, se tem vindo a agravar com o aproximar da crise e da austeridade que enfrentamos neste momento.

Para além do peso relativo do Estado social na economia, importa referir outros indicadores, nomeadamente os que se prendem com as atitudes subjetivas dos cidadãos. Algumas das bases de dados recolhidas periodicamente nos países da UE e em Portugal permitem atestar a centralidade que o Estado social ocupa nas representações das pessoas, permitindo-nos daí induzir os impactos reais das políticas sociais. Por exemplo, olhando o último inquérito do *European Social Survey* (ESS) – que permite comparar dados de quatro inquéritos, de 2002 a 2008 (Vala, *et al.*, 2010) –, fica desde logo clara a importância atribuída pelos inquiridos à responsabilidade social do Estado, visto que, na média dos países considerados<sup>4</sup> (excepto Portugal) atribuem uma importância média de 7,7, na escala entre 0 (mínima) e 10 (máxima). No caso português a classificação é de 8,12 na mesma escala, posicionando-se assim o nosso país entre o grupo dos que atribuem maior importância ao papel do Estado social. Vale a pena ainda referir outros aspetos mais específicos e igualmente relacionados com o funcionamento das instituições estatais. Por exemplo, os níveis de satisfação dos cidadãos perante a vida em geral e perante as políticas, as instituições e a democracia; ou as atitudes perante o estado da educação e dos serviços de saúde.

Assim, os resultados do ESS (medidos na escala de 0 = extremamente satisfeito e 10 = extremamente insatisfeito) revelam que ao longo da primeira década do presente século os portugueses se mostraram moderadamente satisfeitos com as suas condições de vida, mas com percentagens de satisfação claramente abaixo da média dos países da UE, resultados que se acentuam quando comparados com os países nórdicos (Vala *et al.*, 2010). No caso da situação económica do país, os níveis de insatisfação são bem mais evidentes e com tendência para o agravamento à medida que foram sendo recolhidos os sucessivos resultados dos quatro inquéritos aplicados ao longo da década. Quanto ao grau de satisfação perante a forma como o governo está a actuar, os resultados oscilaram um pouco ao sabor dos ciclos políticos (com maiores índices de insatisfação nos anos de 2002 e 2008), mas de um modo geral

---

<sup>4</sup> Os países abrangidos pelos estudos do *European Social Survey* (ESS) foram 34, embora nalguns deles o inquérito não tenha sido aplicado em todos os anos em que decorreram os levantamentos: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslovénia, Eslováquia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Islândia, Israel, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Noruega, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Roménia, Rússia, Suécia, Suíça, Turquia e Ucrânia.

evidenciaram avaliações negativas em valores mais acentuados do que a média da amostra, sendo que o somatório de percentagens negativas (entre 0 e 4) ou se aproximam ou superam os 50%, atingindo os 64,2% no ano de 2004 e os 66,6% em 2008. Esta desconfiança do governo só é superada quando se trata de avaliar o grau de confiança nos “políticos”. Neste caso, somando os valores negativos (entre 0 e 4 da escala), obtemos para 2004 uma percentagem de 76,6% e para 2008 de 81,2%, além de que os resultados negativos são bem mais acentuados em Portugal do que na média dos restantes países. Refira-se ainda, a propósito da fraca confiança na “classe política”, que o indicador “nenhuma confiança” obteve em 2002 uma percentagem de 17,2% de respostas (contra 11,8% da média dos outros países), evoluindo depois para 25,3%, 25,7% e 29,4% respetivamente nos anos 2004, 2006 e 2008, mantendo-se cerca de dez pontos acima da média. É de referir ainda que essa baixa confiança (no governo e nos políticos) se estende também à confiança social (interpessoal e no altruísmo dos outros) e institucional (Parlamento nacional). Conforme se refere num estudo comparativo de âmbito europeu, os países escandinavos (Dinamarca, Finlândia, Noruega, Suécia) e a Suíça, revelam os mais elevados níveis de confiança nesses dois planos, enquanto que Portugal, Espanha e os países de Leste da Europa (em especial a Polónia, a Hungria e a Eslovénia) revelam resultados opostos, mostrando níveis de confiança muito baixos (Correia Silva, 2011: 51-57).

Para concluir este tópico, vale a pena uma referência às representações dos portugueses quanto a dois sectores fundamentais: a saúde e a educação. De acordo com as mesmas bases de dados, a apreciação subjetiva dos portugueses no campo da saúde aponta para uma avaliação, em média, negativa ao longo da década, embora com tendência para uma crescente moderação, ou seja, se em 2002 as respostas entre 0 e 4 (na mesma escala de 0 a 10) somavam 70,1%, nos inquéritos de 2004 e 2006 revelaram um decréscimo para 66,1%, e 65,3% respetivamente, baixando ainda de forma mais vincada nos dados de 2008 para 51,9% de avaliação negativa dos serviços de saúde. Já no caso da educação, as respostas obtidas ilustram igualmente uma perceção pouco satisfatória, evoluindo as respostas – usando o mesmo critério – de 62,3% de opiniões negativas em 2002, para 59,1% em 2004, 53,6% em 2006 e 57,2% em 2008, revelando neste caso um agravamento no último período (Vala *et al.*, 2010).

Sendo as atitudes negativas bastante mais vincadas do que nos restantes países, isso quer dizer que, pelo menos do ponto de vista subjectivo, estes serviços não conseguiram responder às expectativas dos cidadãos, pelo que, apesar de denotarem um ligeiro abrandamento, se revelaram factores de preocupação e *stress* psicológico.

Procurando medir a felicidade dos cidadãos a partir de modelos da psicologia social (Easterlin, 2001 e 2005; Veernhoven & Hagerty, 2006; Veernhoven, 2011), um estudo recente conduzido por Rui Brites da Silva mostrou que, em termos do índice de bem-estar subjectivo, os portugueses ocupam uma posição sofrível na segunda metade da tabela. No *ranking* de Veernhoven para o período 2000-2009, Portugal ocupa a 79ª posição (com 5,7 pontos na escala de 0 a 10) entre 149 países, empatado com a Bielorrússia, Djibuti, Egipto, Mongólia, Nigéria e Roménia. Os primeiros lugares são ocupados pela Costa Rica (1º, com 8,5 pontos na mesma escala), Dinamarca (2º), Islândia (3º), Canadá (4º), Finlândia (5º). Para além disso, aquele estudo, que se apoiou não só nestes indicadores mas ainda no relatório da “Comissão Stiglitz”<sup>5</sup> apresenta resultados do índice de bem-estar subjectivo, tentando conjugar as dimensões subjectiva e objetiva da felicidade. Apesar das suas limitações, os critérios utilizados revelaram uma significativa consistência com a avaliação subjectiva dos inquiridos, espelhada nos dados do ESS acima referidos. Além disso foi possível, com base nisso, concluir que o bem-estar subjectivo dos portugueses diminui de Norte para Sul do país, que os índices de felicidade são maiores nos homens do que nas mulheres, e ainda que, os mais baixos índices de bem-estar subjectivo se encontram entre as camadas etárias mais velhas, em particular as do sexo feminino (Silva, 2011: 200-205).

---

<sup>5</sup> Na verdade esta comissão foi constituída, além de Joseph Stiglitz, por Amartya Sen e J.-P. Fitoussi e outros académicos e especialistas, um grupo promovido pelo Presidente francês Nicolas Sarkozy, tendo a equipa sugerido no seu primeiro relatório iniciativas e critérios novos para avaliar o desempenho económico, tais como: “- usar outros indicadores além do PIB nas contas nacionais; - verificar o desempenho de sectores básicos como saúde e educação; - considerar atividades domésticas e levar em conta o padrão de vida das pessoas; - acrescentar informações sobre distribuição de riqueza e rendimento; - incluir atividades fora do mercado. Uma inovação proposta pelo relatório é a avaliação líquida e não bruta das atividades económicas, de modo que as extrações de recursos naturais, os impactos ambientais gerados pela produção ou a utilização de *stocks* sejam levadas em conta”. In: site “Planeta Sustentável”, acedido em 7/09/2011: <http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/desenvolvimento/comissao-stiglitz-sen-fitoussi-pib-489751.shtml>



Estas indicações, nomeadamente no que respeita à condição feminina, têm sido assinaladas em vários outros estudos, e são de certo modo coerentes com os dados estatísticos reveladores de que as mulheres trabalham mais em atividades não-remuneradas, trabalham mais horas no espaço doméstico e também continuam a ser vítimas de discriminação salarial e de segregação noutros domínios da vida social (Carmo, 2010; Ferreira, 2010) como adiante será mencionado. Por outro lado, o facto dos segmentos mais jovens evidenciarem resultados menos negativos no plano das subjetividades deverá prender-se com outras variáveis associadas ao critério geracional que não aquelas que dependem diretamente da situação sociolaboral da juventude. O mundo do trabalho é, portanto, um dos temas que merece atenção, tanto por aquilo que representa do ponto de vista sociológico como pela sua implicação com a questão do Estado social.

### **Reforma do Estado, precariedade e desigualdades sociais**

Tem sido repetidamente sublinhado que o sector onde as grandes mudanças do neoliberalismo global têm tido um alcance mais evidente e preocupante é o campo laboral. Por isso mesmo, diversas abordagens têm tentado destacar a importância da centralidade do trabalho e com isso procurando mostrar como a esfera económica não pode continuar a ser pensada separadamente da esfera social (Santos, 2003; Silva, 2007; Ferreira, 2009; Boavida e Naumann, 2007; Oliveira e Carvalho, 2010; Estanque e Costa 2011). A atual tendência de precarização das relações de trabalho, de dissociação entre condições profissionais e vínculos laborais, está de facto a pôr em causa os velhos critérios e formas de diálogo, os valores de solidariedade e no fundo o modelo de contrato social inspirado pela filosofia iluminista e consolidado desde o pós-guerra. Não é demais sublinhar que nos últimos vinte anos as transformações ocorridas do mercado de trabalho fustigaram de forma dramática os direitos e a qualidade do emprego. O moledo produtivo que até aos anos oitenta do século passado pôde sustentar uma classe média que parecia em expansão sofreu entretanto convulsões profundas que abalaram abruptamente as suas expectativas mais risonhas. O aumento e diversificação da precariedade laboral passou a constituir um dos principais traços de recomposição do mercado de trabalho tanto em Portugal como nos outros países da

União Europeia. Vimos assistindo a uma “tendência que traduz o estilhaçar da homogeneização e estabilidade em que assentava o padrão modal do emprego, quanto à natureza do vínculo laboral, ao tempo de trabalho e ao estatuto social do trabalhador” (Gonçalves, 2010: 184).

Na última década, os postos de trabalho em regime de contratos permanentes diminuíram ao mesmo ritmo em que aumentaram os contratos a termo certo. Aliás, o crescimento das situações precárias – ou o que outrora se designava como situações “atípicas” no campo do emprego – têm evoluído para uma profunda alteração do velho padrão de estabilidade, obedecendo hoje a uma multiplicação de situações e de percursos profissionais, bem como no plano subjetivo e das vivências, quer do emprego quer do desemprego, numa reconfiguração permanente, que justifica novos questionamentos sobre essas novas formas de prestação de trabalho que podem designar-se de novas “patologias da democracia laboral” (Ferreira, 2009: 76). Os valores do emprego precário (se somarmos os contratos a termo, os recibos verdes, os trabalhadores temporários e o trabalho a tempo parcial) aproximam-se já dos 28 a 30% do emprego. Este tipo de contratos aumentou progressivamente e em todas as faixas etárias, sendo a referida geração (hoje popularizada pelo nome de *Geração à Rasca*)<sup>6</sup> a que mais sofre com isso, o que acontece, de resto, em muitos países europeus como por exemplo a Espanha, a Alemanha, a Suécia e a França onde, tal como em Portugal, mais de 50% dos trabalhadores desta geração já se encontram em situação precária (Gonçalves, 2010). O desemprego de jovens licenciados tem vindo a agravar-se nos últimos anos, atingido os 55 mil casos (em 2010), embora se saiba – e convém realçá-lo – que os licenciados auferem salários mais elevados e permanecem menos tempo em situação de desemprego ou de trabalho precário. Em todo o caso, quer o desemprego quer os contratos não permanentes atingem especialmente o segmento mais jovem. E isso aconteceu de forma drástica, estando 37,6% dos trabalhadores com idades entre 15 a 34 em situação laboral de contratos a prazo, e considerando apenas

---

<sup>6</sup> Que, diga-se, passou a ser conhecida desde o passado dia 12 de Março de 2011 como a “Geração à Rasca”, devido à enorme manifestação convocada por um grupo de jovens sem situação precária, através do Facebook, e que, segundo vários analistas, terá marcado um momento de viragem nas modalidades de ação colectiva e afirmado um novo fenómeno no cenário político nacional (voltarei a este assunto na parte final).

o segmento etário dos 15 aos 24 anos, essa percentagem já se aproximava em 2010 dos 50% (INE, 2007, Inquérito ao Emprego; Carmo, 2010).

No caso das mulheres, apesar de possuírem um elevado peso no mercado de trabalho português (56,2% é a taxa de atividade feminina, uma das mais elevadas da Europa) e da sua presença ser maioritária entre a população empregada que completou o ensino secundário e superior, continuam a ser vítimas de segregação no campo profissional, o que se comprova pela sua menor presença nas categorias profissionais mais qualificadas. Considerando as percentagens segundo o sexo por referência ao respetivo peso entre os trabalhadores com níveis de educação mais elevados, verifica-se que enquanto 71,6% dos homens nessa condição pertencem àquelas categorias (quadros médios e superiores), apenas 54,6% das mulheres se encontravam em posições idênticas em 2005 (Rosa, 2008). Além disso, as diferenças salariais entre homens e mulheres permanecem acentuadas, sendo que a desigualdade salarial se agrava à medida que consideramos os segmentos profissionais com habilitações escolares mais elevadas.

Os fluxos de mobilidade social ascendente foram reais durante algum tempo, mas oscilaram sempre ao sabor de deslizes e variações em que os ganhos e perdas de meios materiais e *status* profissionais se anulavam mutuamente. A classe média possui um peso escasso e uma duvidosa solidez, se comparada com as sociedades avançadas da Europa. O sistema de ensino superior, geralmente considerado um dos principais canais de promoção da mobilidade – apesar de ter crescido massivamente nas últimas três décadas e acolher hoje um volume significativo de estudantes provenientes dos estratos da classe média-baixa e trabalhadora –, debate-se com indefinições diversas e muitos jovens que o frequentam vêem-se perante a impossibilidade de acederem a uma profissão que lhes garanta um estatuto social substancialmente superior ao das suas famílias de origem.

### **Impactos sobre a classe média**

O Estado e o mercado constituem desde sempre instâncias de eleição enquanto fatores de racionalidade dos sistemas sociais, pelo que as políticas de regulação – da economia e da sociedade – se apoiam necessariamente na interligação entre essas

duas esferas da vida social. A estruturação da atividade produtiva pode obedecer a uma intervenção direta ou indireta do Estado e ocorre através de uma diversidade de canais, constituindo exemplos disso o investimento em novas tecnologias e em conhecimento científico, a capacidade de promover instituições de regulação dos conflitos laborais ou as políticas educativas, entre outros. Assim, as políticas sociais e laborais coordenadas pelo Estado refletem-se não só na estruturação do mercado de trabalho em geral, mas também, e desde logo, no maior ou menor peso da administração pública na oferta de emprego. Por exemplo, a regulação administrativa nos campos da saúde, da educação, da segurança social, etc., promoveu durante décadas o aumento de sectores profissionais qualificados, funcionários administrativos, técnicos e especialistas de diversos tipos.

O caso português parece, de facto, indicar não só o importante peso do Estado na estruturação da “classe média” como os efeitos do processo mais geral de recomposição e mudança estrutural (Estanque, 2012). No entanto, uma parte significativa dos funcionários e empregados do sector terciário (quer no privado, quer na administração pública) debate-se com problemas inerentes a uma condição de facto vulnerável, isto é, a construção da classe média portuguesa, além de incompleta, deu lugar a uma miragem que, hoje, vive perante a ameaça de a todo o momento se esfumar. Para aferirmos mais em concreto o risco de vulnerabilidade que em Portugal já toca várias franjas da classe média é conveniente ter presente o modo como a questão do endividamento se conjuga com a evolução das desigualdades. Para tal, é necessário ter presentes as estatísticas da pobreza e da distribuição da riqueza no país.

As instituições e programas de solidariedade existentes no país para dar assistência aos mais carenciados têm dado conta de um fenómeno, que parece estar em crescimento, de pobreza envergonhada, o qual se relaciona diretamente com o endividamento das famílias. Como é sabido, a percentagem de portugueses em risco de pobreza (considerado como critério o limiar dos 60% do salário mensal médio, ou seja, cerca de 414 euros) tem decaído ligeiramente nos últimos dez anos, mas mantém-se ainda nos 18% (em 2003 era de 20,4%, segundo o INE), isto após as transferências sociais (antes delas o valor dispararia para mais de 40%). Entre 2006 e

2009 aumentou em 36% o número de pessoas abrangidas pelo rendimento social de inserção (RSI) que em finais do ano passado abrangia 804 mil indivíduos. Os valores do incumprimento no crédito à habitação situam-se, segundo os últimos dados, nos 1.957 milhões de euros, cerca de 2% do total da dívida, e no caso do crédito ao consumo esse montante é de 1.232 milhões de euros, o equivalente a 7% do total.

De acordo com a informação disponibilizada por instituições como o Banco Alimentar contra a Fome, a Amnistia Internacional (AMI), a Cáritas ou as Misericórdias, as situações de pobreza acentuam-se e cresce a pobreza envergonhada: “as pessoas pedem comida, ajuda para pagar os livros dos filhos, a mensalidade da casa, a conta da farmácia. Pedem sobretudo, que não lhes divulguem o nome, porque nunca se imaginaram na posição de quem faz o gesto de estender a mão a pedir ajuda; (...) são pessoas que comem [nas cantinas comunitárias] viradas para a parede, têm vergonha se ser vistas ali, se lhes perguntarem o nome fogem (...)” (Entrevista a Manuel de Lemos, Presidente da União das Misericórdias Portuguesas, citado no jornal *Público*, 7/11/2010).

Os processos de sobreendividamento<sup>7</sup> acompanhados pela DECO – Associação de Defesa do Consumidor aumentaram sistematicamente ao longo da última década, atingindo 2.837 processos em 2010, mas com um número de pedidos bem maior (17.372). A comparação entre os últimos quatro anos pode ser feita a partir dos processos entrados nos primeiros dois meses de cada ano, sendo que no primeiro trimestre de 2011 já haviam dado entrada 612 processos (mais 110 do que no mesmo período do ano anterior), e se considerarmos também os pedidos que não deram lugar a processos, em Janeiro e Fevereiro de 2011 foram 2.329 contactos, o que corresponde a uma média de 40 por dia. Os motivos apontados são em primeiro lugar o desemprego (33,5%), seguido de motivos de doença (20,8%) e da deterioração das condições laborais (19,9%). Segundo uma responsável daquela organização, para além dos motivos apontados, começa já a notar-se o efeito dos cortes salariais da função pública para os salários acima dos 1.500 euros, referindo uma situação preocupante “com o atual contexto económico e com a subida das taxas de juro, a

---

<sup>7</sup> Na linha de outros relatórios e trabalhos desenvolvidos no Centro de Estudos Sociais sobre os Direitos do Consumidor, conduzidos por Catarina Frade. Veja-se (Frade, 2009).

nossa perspetiva é que o número de famílias sobreendividadas aumente este ano, e aumente significativamente” (jornal *Público*, 20/03/2011).

A maior dificuldade indicada para combater com eficácia este problema prende-se com facto de o sobreendividamento traduzir não só os impactos destrutivos do desemprego, da doença e da crise em geral, mas ainda o ciclo vicioso em que estas famílias se deixam enleiar, somando vários créditos em simultâneo e muitas vezes contraindo novos empréstimos para fazer face aos antigos. Segundo os dados da DECO, 42,2% dos processos referem-se a um número de 1 a 3 créditos, mas 39,8% dizem respeito a um número de 4 a 7 créditos e cerca de 18% correspondem a um número de 8 ou mais créditos. Em suma, estes fenómenos deixam transparecer a angústia de famílias inteiras afogadas em dívidas, que, de acordo com as fontes citadas, entram em processo de descontrolo e falência, pois, tendem a procurar ajuda já numa fase de aceleração imparável de afundamento no redemoinho do endividamento. Na maioria das vezes os pedidos chegam quando já não é possível socorrerem-se da retaguarda familiar.

Estas indicações em torno da pobreza e do endividamento pretendem evidenciar alguns dos novos contornos que estes fenómenos têm vindo a adquirir entre nós e que já começaram a atingir alguns segmentos da classe média. Sem deixar de reconhecer a urgência em dar combate ao flagelo da pobreza, nomeadamente através dos programas de solidariedade, que desde os primórdios da era moderna foram mobilizados – quer por organizações filantrópicas e caritativas da sociedade civil, quer pelos programas assistencialistas do Estado –, é inquestionável que tais problemas terão de ser entendidos no quadro estrutural de funcionamento do sistema económico capitalista. Nessa medida, o enfoque aqui adotado pretende olhar as desigualdades económicas e a sua dinâmica, não como distorções ou anomalias transitórias, mas enquanto parte dos processos de recomposição social mais vastos, inerentes às próprias contradições estruturais do sistema.

Nesse sentido, pode dizer-se que, tal como acontece na escala global, o enriquecimento dos sectores e grupos sociais privilegiados tem como consequência o empobrecimento dos grupos sociais mais carenciados. Assim, o agravamento das desigualdades e da pobreza – na fase de crise aguda em que hoje estamos

mergulhados – é, sem dúvida, indissociável do papel central do mercado e da economia financeira enquanto centros de poder nas sociedades ocidentais. É por isso mesmo, aliás, que a ação reguladora e redistributiva do Estado continuará a ser a pedra de toque de uma Europa que pretenda recuperar a coesão e o equilíbrio perdidos, ainda que – é forçoso reconhecê-lo – esse papel só possa ser eficaz se for possível redefinir novas formas de racionalização que assegurem uma rigorosa gestão de custos e garantam a efectiva viabilidade financeira das políticas públicas.

A acentuada desigualdade na distribuição da riqueza em Portugal tem sido revelada por diversos estudos como um problema estrutural difícil de combater (Eurostat, 2006; Carmo, 2010). A diferença entre o rendimento médio dos 20% mais bem pagos e os 20% pior remunerados era 7,4 vezes a favor dos primeiros em 1995, tendo desde aí decaído lentamente para 6,8 vezes em 1998, valor que passou a 6,9 no ano 2005, para 6,5 em 2007, e no ano seguinte situou-se em 6,1 (dados do INE, 2008; Carmo, 2010). Note-se ainda que a disparidade das desigualdades de rendimento aumenta se restringirmos os segmentos em comparação: entre os 10% com salários mais elevados e os 10% que auferem salários mais baixos a diferença era, em 2006, de cerca de 12 vezes mais. Esta situação, como muitas outras, é bem mais grave em Portugal do que na média dos países da União Europeia (na UE15, o diferencial era no mesmo de 4,8 vezes) e é ainda mais contrastante se a compararmos com um país como a Dinamarca, onde essa discrepância era, no mesmo ano, de apenas de 3,5 vezes.

Os dados mais recentes comprovam que as desigualdades se acentuaram entre 1995 e 2005, diminuindo a partir daí, embora muito ligeiramente. Esta tendência tem sido confirmada por diversas escalas de medição como, por exemplo, o *coeficiente de Gini*<sup>8</sup>, que revelou um agravamento de 34,4 em 1995, para 35,1 em 2005, tendo subido para 36 em 2008, ano em que Portugal se colocou entre os três países mais desiguais da UE27 (CLBRL, 2007: 42-43; INE, 2009). Os elevados valores da desigualdade na distribuição do rendimento juntam-se ao facto de cerca de 18% da população viver

---

<sup>8</sup> Este é o indicador atualmente utilizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) para medir a desigualdade. Varia numa escala entre 0 e 100, sendo o zero correspondente a uma situação com total igualdade de rendimentos entre os membros de uma comunidade e o valor cem correspondente à situação oposta, em que todo o rendimento fosse monopolizado por um único indivíduo (INE: <http://metaweb.ine.pt>).

ainda no limiar da pobreza; um risco que é ainda maior no caso dos reformados (20%), dos restantes inativos (28%) e dos desempregados (35%), sem esquecer que as desigualdades salariais e de género permanecem muito vincadas. Os diagnósticos disponíveis têm vindo a reiterar a persistência de uma situação muito preocupante neste campo, sendo as melhorias verificadas nas últimas duas décadas quase insignificantes.

Em sectores específicos, como os jovens e as mulheres, as diferenças de oportunidades continuam a ser flagrantes, sendo portanto categorias sociais através das quais as novas desigualdades têm vindo a consolidar-se, o que é manifesto em indicadores como os índices de desemprego, de precariedade, as diferenças entre os níveis salariais e as oportunidades de emprego. Segundo os últimos relatórios do Observatório das Desigualdades do ISCTE/IUL, entre os trabalhadores com o ensino básico a discrepância salarial entre géneros é de 13,5% (em benefício dos homens), evoluindo para 26,5% nos que possuem o ensino secundário completo e subindo para 27,2% na camada da força de trabalho com frequência do ensino superior (Carvalho, 2011). Isto evidencia bem como os processos de mudança, apesar das importantes conquistas que alguns deles trouxeram consigo (por exemplo, no plano das qualificações escolares e competências socioprofissionais), são em geral indutores de novas dinâmicas de desigualdade, que parecem obedecer a uma permanente readaptação mas ao mesmo tempo são dotadas de grande capacidade de resiliência.

### **Juventude e novos movimentos sociolaborais**

O crescimento económico do pós-guerra permitiu sustentar um Estado social que favoreceu importantes transformações e conquistas, mas ao mesmo tempo que procurou programar o futuro, contribuiu, paradoxalmente, para proporcionar uma viragem de paradigma que fez emergir diversas perversões e entropias no sistema, dando lugar a novos protagonistas e movimentos anti-sistémicos que, embora clamando por um “futuro agora”, acrescentavam novas incertezas que mais tarde culminaram na “crise do futuro” (Leccardi, 2005).

Foi nesse quadro que a juventude se impôs como actor social, intimamente associada à expansão do sistema de ensino e do Estado de bem-estar. Mas, se o



acesso à educação e o progressivo aumento da escolaridade levou a um alargamento cada vez maior do período de formação e, portanto, da fase de transição para a vida adulta, tal não implicou uma absoluta homogeneidade entre os jovens. Paralelamente, o processo de massificação dos bens materiais compaginou-se com o poder cada vez mais uniformizador das indústrias da cultura e dos *mass media*, cujo impulso decisivo foi, em boa medida, suscitado a partir da invenção e democratização da radiodifusão, primeiro (anos trinta), e da televisão mais tarde (anos cinquenta) fabricando audiências intermináveis de públicos ávidos de entretenimento e de um consumismo desenfreado<sup>9</sup>. Esta tendência atingiria o seu auge nos finais dos anos sessenta, ajudando a despoletar as lutas contra o consumismo e a alienação do *homem unidimensional* (Marcuse, 1967). Muito embora “a juventude” jamais tenha sido um actor homogéneo, os seus segmentos mais escolarizados, com maior capital cultural e mais politizados – no contexto de uma perigosa corrida aos armamentos entre as duas superpotências da “Guerra Fria” e de uma Guerra do Vietname que colhia milhares de vidas aos jovens dessa geração – animados por essa nova torrente de valores e opções estéticas, culturais, musicais, etc., foram engrossando os movimentos estudantis que vinham crescendo e cantando a liberdade, principal no *campus* das universidades da Europa e dos EUA, ao som dos Beatles, Rolling Stones, Beach Boys, Led Zepelin e tantos outros, aumentando o tom da crítica sistémica e ganhando uma crescente força política, cujo momento culminante terá sido o Maio de 68 em Paris. Mas o auge da irreverência dos estudantes parisienses deixou no ar algum sabor amargo, na medida em que saiu frustrada essa ingénua expectativa de união “revolucionária” com o movimento operário. Poderá a história ser reescrita a este respeito? Isto é, quatro décadas depois, fará sentido admitir que a componente culturalista e simbólica que em geral se inscreve nas culturas juvenis e universitárias possa voltar a reunir-se com a ação colectiva oriunda do mundo “social” e do campo laboral?

O legado dos *sixties* revelou-se de grande significado, em particular no terreno sociocultural, por ter conseguido evidenciar o esgotamento de uma moral convencional

---

<sup>9</sup> Primeiro, de eletrodomésticos, de automóveis, televisores, etc., e mais tarde o acesso a uma infindável panóplia de bens materiais e simbólicos, uns e outros transfigurados em ícones e simulacros promotores de consentimento e alienação (Baudrillard, Chomsky).

e de um modelo de democracia formal que estava a pôr em evidência os seus limites por via do ativismo radical dos filhos das classes médias ocidentais. É possível que os novos repertórios introduzidos pelos novos movimentos sociais na agenda política mundial, e as fissuras que eles ajudaram a revelar no sistema económico e nas democracias liberais, tenham contribuído para intensificar o abalo político que a crise petrolífera da década seguinte veio a provocar no *status quo* do capitalismo ocidental. Curiosamente, os filhos do Estado social tornaram-se os principais críticos do sistema que o gerou e lhe deu viabilidade. Quanto mais a economia crescia, e com ela o poder de compra das classes trabalhadoras, mais estas reforçavam as hordas de consumidores atraídos pela “sociedade da abundância” e formatando os seus padrões de gosto pelos da classe média. E entretanto, foram os filhos das elites que mais se mostraram entediados com a paz social, a previsibilidade de um “futuro” assegurado e a hipocrisia do discurso político. Aqueles que já estavam a caminho de engrossar a elite rejeitaram os seus padrões enquanto os que cresciam nos bairros operários aspiravam a entrar num sistema num ensino superior que lhes negava o acesso. Por outras palavras, as universidades públicas legitimavam a “meritocracia” dos filhos das elites enquanto as novas gerações da classe operária desistiam da revolução, preferindo frequentar os Shoppings e sonhavam em comprar um automóvel.

Os movimentos de há quarenta anos introduziram ruturas que ainda hoje se repercutem em múltiplos domínios. Tiveram uma influência marcante quer no plano cultural quer no plano político, contaminando os modos de vida de sucessivas gerações e as formas de ação colectiva de velhos e de novos movimentos, de abrindo espaço a novas concepções, linguagens e referências ideológicas no plano social e institucional (Eagleton, 1991; Cohen e Arato, 1992; Eyerman e Jamison, 1991; Melucci, 1996; Eder, 1993; Touraine, 1985 e 2006). Pode dizer-se que os padrões de gosto desencadeados a partir dos movimentos juvenis dos anos 60 no ocidente – no plano estético, no vestuário, na música, nos interesses literários e intelectuais, na expressão da sexualidade, etc. – não só alteraram o quotidiano e os modos de vida das gerações seguintes como desenharam novos contornos na esfera pública e política em geral. A importância da chamada *crítica artística* (Boltanski e Chiapello, 2001) inseriu-se no processo de desconstrução culturalista que esses movimentos imprimiram, alterando

até certo ponto a própria natureza do capitalismo, apesar das respostas que se seguiram – ou por causa delas – sob a ação canibalizadora das instituições e do mercado, abrindo caminho a novos valores e novas modalidades de ação colectiva, não apenas no mundo desenvolvido mas na escala internacional (Holzmann e Padrós, 2003; Cardoso, 2005).

Entretanto, sobretudo após a queda do muro de Berlim e o consequente colapso do império soviético, esbateram-se largamente as ideologias que durante mais de um século inspiraram os principais movimentos sociais sob formas de ação colectiva inspiradas em modelos utópicos de cariz emancipatório. No quadro deste processo, as novas tendências do capitalismo global estimuladas pelo neoliberalismo colocaram novos obstáculos e desafios à ação colectiva, em larga medida esgotando os “velhos” movimentos e ao mesmo tempo estimulando novas redes e formas mais fluidas de “alter-globalização” e de ativismos no “ciberespaço” onde importantes segmentos juvenis intervêm permanentemente (Ribeiro, 2000; Waterman, 2002; Santos, 2004, 2005 e 2011; Estanque, 2006).

Mais recentemente, o mundo tem vindo a assistir a uma nova onda de protestos e movimentos, em diferentes contextos e de consequências sociopolíticas ainda difíceis de aferir de modo contundente, mas que deixam antever que a rebelião das massas não desapareceu, embora hoje a forma como se manifestam – em especial as camadas mais jovens – obedece a lógicas diferentes e é apoiada por recursos e meios essencialmente distintos dos que animaram os movimentos juvenis dos anos sessenta e setenta do século passado. Basta lembrar as convulsões do último ano em vários países do mundo árabe, nomeadamente na bacia mediterrânica, para se perceber como os movimentos de cidadãos podem resultar em autênticas revoluções políticas quando a mobilização se generaliza e ousa enfrentar regimes despóticos. Nos mais improváveis contextos culturais e religiosos – inclusive no mundo islâmico, que alguns, após o 11 de Setembro de 2001, apressadamente consideraram ser um mundo em “choque” civilizacional com o Ocidente – as revoltas que emergiram no ano passado, na Tunísia, Egipto, Líbia, Argélia, Bahrein, Síria, Iémen, apesar das particularidades de cada uma delas, foram amplamente participadas pelas camadas mais jovens e mais escolarizadas das “classes médias” desses países. Ainda que o futuro seja uma

incógnita e a “Primavera Árabe” não possa ainda confirmar que se tratou de um desfecho vitorioso da democracia (muito menos se ela for entendida como mero sinónimo do modelo ocidental), parece consensual que foram experiências eminentemente democráticas, participativas e de consequências emancipatórias para cada um desses povos. Os novos canais de comunicação ligados às novas tecnologias, à internet, telemóveis, *facebook* e outras redes sociais, foram elementos de novidade muito presentes, senão mesmo decisivos para o impacto dessas revoltas, tal como nos movimentos laborais e juvenis que tem atingido a Europa nos últimos anos.

Se optei por concluir com este tópico acerca dos movimentos sociolaborais é porque entendo que ele pode fornecer uma leitura diferente em torno da relação entre o Estado e a sociedade civil. Uma relação que sempre foi problemática e – sabemo-lo bem – denuncia uma divisão que é, ela própria, questionável desde a sua origem. Sendo eminentemente analítica, essa divisão pode ajudar a clarificar algumas das tensões e ambivalências da atuação do Estado, seja no plano político e institucional quando o Estado usa a sua legitimidade para regular a organização da sociedade, seja no plano das relações entre o Estado e os interesses privados que por vezes penetram no seu seio e o controlam, não raro condicionando e pervertendo a própria legitimidade democrática. Ou seja, em Portugal “temos um Estado dócil entre os poderes fácticos e forte e arrogante ante as classes populares de quem se espera docilidade e obediência” (Santos, 2011: 109). Mas, por outro lado, também se pode considerar que temos uma sociedade civil *organizada* (sindicatos, partidos políticos, associações) que é fraca e uma sociedade civil *desorganizada* (redes primárias, família, relações de vizinhança) que se mostra forte e que, por isso, diversos estudos desenvolvidos no CES a denominaram de “sociedade providência” (Hespanha e Portugal, 2009; Portugal, 2011).

## **Conclusão**

Para concluir, vale a pena formular uma linha de reflexão que exprime uma outra faceta do presente tema, a saber: até que ponto a centralidade que o Estado social

continua, hoje, a ocupar no imaginário coletivo dos cidadãos europeus joga um papel fundamental no futuro da Europa?

Uma hipótese explicativa a explorar pode colocar-se nos seguintes termos: o ataque de que tem vindo a ser (e está a ser) alvo o Estado social europeu constitui um fator decisivo para a instabilidade e conflitualidade que pode generalizar-se na Europa nos próximos tempos. Boa parte das questões que estão na agenda perante a atual crise passa por resolver o dilema entre: uma Europa com mais cidadania, em que o vasto património construído ao longo do século XX pode continuar a inspirar estratégias de futuro sem deitar por terra os valores da justiça social, da igualdade e da solidariedade, continuando em busca de programas viáveis e eficazes de redistribuição; ou se, em vez disso, insiste num modelo que vá apenas no sentido do aprofundamento do anterior, isto é, que persista no reforço da hegemonia da economia neoliberal e no triunfo irreversível dos mercados em detrimento da sociedade e do Estado.

Ora, sabendo nós a importância que o Estado social assumiu nas políticas redistributivas e ao mesmo tempo no imaginário dos cidadãos, como se viu atrás, e tendo presente a intensificação das desigualdades estruturais em sociedades onde o princípio liberal e o individualismo são incipientes (na Europa continental pelo menos) é de admitir que a solidez do sistema e a coesão social possam colapsar se o próprio Estado social vier a colapsar. A reforçar esta ideia está o facto de que, ao contrário dos países anglo-saxónicos, nas sociedades do Sul da Europa, como Portugal, de forte tradição católica, com laços comunitários e culturas paroquiais muito intensos, e que viveram longas ditaduras de matriz estatal, as novas classes médias (assalariadas) foram estruturadas muito tardiamente. No caso português, foi sobretudo no período democrático que tal processo teve lugar e muito à sombra do (frágil) Estado-providência entretanto criado, ou seja, são quase insignificantes os segmentos sociais da classe média (assalariada e mesmo empresarial) que se regem pelos princípios meritocráticos. Foi principalmente a estabilidade e os horizontes de uma carreira segura e previsível, oferecida em primeira instância pela administração pública (em especial os sectores da educação, da saúde e da administração central e local), que serviu de suporte à classe média, pelo que, atingidos tão fortemente como estão a ser

na atual situação de austeridade, tais sectores venham a inverter muito rapidamente a tendência anterior, enfrentado agora os buracos e vazios nessa rede protetora (o Estado) que até há poucos anos acalentou o sonho da classe média urbana.

Há cerca de dez anos fazia sentido falar-se de um “efeito classe média” (Estanque, 2003), resultante dessa aura de ilusões que induziu franjas significativas das nossas famílias trabalhadoras a jogar-se como membros da classe média. Mas, hoje, essa fantasia de quem se julgava à beira de um *status* respeitável e de uma condição económica desafoçada – fortemente estimulada pela aparente facilidade de crédito – esbarra com uma realidade bem mais dura, que nos revela uma “classe média sitiada” (Santos, 2011), colocada no limiar de uma inesperada proletarização. Nestas condições é de esperar que a classe média e os seus descendentes, comecem de facto a revoltar-se contra um sistema que a sugou e agora a pretende descartar sem qualquer recompensa (Estanque, 2012).

De certo modo, é isso que exprimem alguns dos atuais movimentos sociolaborais. Ao contrário dos movimentos estudantis e culturais dos anos sessenta e setenta, os atuais protestos de jovens, organizados através das redes do ciberespaço e alheios a ideologias políticas, situam-se na fronteira entre um Estado em vias de falência e um mercado de trabalho que se limita a prolongar a instabilidade e a defraudar todas as expectativas de se alcançar um emprego digno e qualificado. De um lado, uma juventude estudantil que se afastou da militância (política e associativa) sacrificando o seu tempo livre, primeiro, no lazer consumista (anos oitenta e noventa), depois, investindo na sua formação “técnica” com a mira nos objetivos profissionais; de outro lado, as diversas camadas etárias (que não apenas jovens) do campo profissional que vêm engrossando o sector dos precários ao longo da última década estão “em guarda”. Ambos os sectores parecem encontrar-se nesta encruzilhada de insatisfação, resultante de um balão em vias de esvaziamento: a promessa de uma classe média artificialmente insuflada por um Estado social cuja sustentabilidade a prazo vinha há muito sendo questionada. Perante todas as dificuldades estruturais enunciadas anteriormente e dado o acentuar da crise económica que temos pela frente parece cada vez mais claro que as atuais elites europeias (e nacionais), bem como as instituições da União Europeia, se revelam incapazes de encontrar as respostas

adequadas a problemas tão prementes, pelo que, deve perguntar-se: restará à Europa, como último fôlego, uma resposta radical da sua juventude e dos cidadãos em geral que já sofrem intensamente na pele os efeitos da austeridade? Se os movimentos sociais não são em si mesmos (como nunca foram) “a solução”, eles constituem um barómetro fundamental que urge interpretar com humildade e inteligência. Quem o fizer – governos, instituições, sindicatos ou partidos políticos – e souber passar à ação poderá estar a abrir caminho às novas lideranças de que a Europa tanto carece.

## Referências bibliográficas

- Anderson, Benedict (1991), *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Londres: Verso.
- Antunes, Ricardo (org.) (2006), *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Editora Boi Tempo.
- Beck, Ulrich (2000), *Un nuevo mundo feliz: la precariedad del trabajo en la era de la globalización*. Barcelona: Paidós.
- Boavida, Nuno e Naumann, Reinhard (orgs.) (2007), *O Estado e a Economia: o modelo económico europeu no século XXI*. Lisboa; Fundação Friedrich Ebert.
- Bobbio, Norberto (1979), *O Marxismo e o Estado*. Rio de Janeiro: Graal.
- BOEP (2011), *Boletim do Observatório do Emprego Público*, Dados Estatísticos, nº 04/ Maio.
- Boltanski, Luc; Chiapello, Ève (2001), *Le Nouvelle Esprit du Capitalisme*. Paris: Gallimard.
- Burawoy, Michael (1985), *The Politics of Production*. Londres: Verso.
- Burawoy, Michael (2010), *O Marxismo Encontra Bourdieu*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Cardoso, Irene (2005), “A geração dos anos de 1960: o peso de uma herança”, *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, 17(2), 93-107.
- Carmo, Renato Miguel do (org.) (2010), *Desigualdades Sociais 2010. Estudos e Indicadores*. Lisboa: Observatório das Desigualdades/ Editora Mundos Sociais.
- Carvalho, Margarida (2011), “A persistência das desigualdades remuneratórias de género nas empresas portuguesas: 1988-2008”, in:
- Castel, Robert (1998), *As Metamorfoses da Questão Social*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Castells, Manuel (1999), *A sociedade em Rede - A era da informação: economia, sociedade e cultura*, Vol.1, São Paulo: Paz e Terra.

- CLBRL (2007) – Comissão do *Livro Branco para as Relações Laborais*, Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (organizador: António Dornelas).
- Cohen, Jean L. e Andrew Arato (1992), *Civil Society and Political Theory*. Cambridge: MIT Press.
- Cravinho, João (2007) “A reforma do modelo socioeconómico europeu: deve a Europa reforçar-se para emular o modelo europeu?”, in Boavida, Nuno e Naumann, Reinhard (orgs.), *O Estado e a economia: o modelo económico europeu no século XXI*. Lisboa: Fundação Friedrich Ebert.
- Cruz, Manuel Braga da (1992), “Europeísmo, nacionalismo, regionalismo”, *Análise Social*, vol. XXVII (118-119). Lisboa: ICS.
- Eagleton, Terry (1991), *Ideology*. London: Verso.
- Easterlin, Richard A. (2001) “Income and Happiness: toward a unified theory”, *The Economic Journal*, 111, pp. 465-484.
- Easterlin, Richard A. (2005), *Feeding the illusion of growth and happiness: A reply to Hagerty and Veenhoven*. Social Indicators Research, vol. 74, pp.429-443.
- Eder, Klaus (1993), *The New Politics of Class — Social Movements and Cultural Dynamics in Advanced Societies*. Londres: Sage.
- Esping-Andersen, Gøsta (1996), “After the Golden Age? Welfare State Dilemmas in a Global Economy”, in Esping-Andersen, Gøsta (ed.) *Welfare States in Transition: National Adaptations in Global Economies*. Londres: Sage, pp. 1-31.
- Estanque, Elísio (2003), “O efeito classe média – desigualdades e oportunidades no limiar do século XXI”, in Cabral, M. V., J. Vala e A. Freire (orgs.), *Percepções e avaliações das desigualdades e da justiça em Portugal numa perspectiva comparada*. Lisboa: ICS, 69-105.
- Estanque, Elísio (2004), “A Reinvenção do sindicalismo e os novos desafios emancipatórios: do despotismo local à mobilização global”, in Boaventura S. Santos (org.), *Trabalhar o Mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário*. Porto: Afrontamento, pp. 297-334.
- Estanque, Elísio (2007), “A questão social e a democracia no início do século XXI: participação cívica, desigualdades sociais e sindicalismo”, *Finisterra – Revista de Reflexão Crítica*, vol. 55/56/57, Lisboa, pp. 77-99.
- Estanque, Elísio (2012), *A Classe Média: ascensão e declínio*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Estanque, Elísio e Rui Bebianno (2007), *Do Activismo à Indiferença: movimentos estudiantis em Coimbra*. Lisboa: ICS.
- Eurostat (2006), *Europe in Figures. Eurostat Yearbook 2006-2007*. European Commission.
- Evens, Peter B.; Rueschemeyer, Dietrich; Skocpol, Theda (eds.) (1985) *Bringing the State Back in*. Cambridge: Cambridge University Press.



- Eyerman, Ron e Andrew Jamison (1991), *Social Movements. A Cognitive Approach*. Cambridge: Polity Press/Basil Blackwell.
- Ferreira, António Casimiro (2009), *Da Sociedade Precária à Sociedade Digna: balanço da evolução social em Portugal 2003-2008*. Coimbra: CES, Relatório Preliminar.
- Ferreira, Virgínia (org.) (2010), *A Igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal*. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego/ Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.
- Frade, Catarina (2009), "Financial Stress and Over-Indebtedness: A Comparative Study Across Europe", in Niemi-Kiesilainen, J.; Ramsay, I.; e Whitford, W. (orgs.), *Consumer credit, debt and bankruptcy: Comparative and international perspective*. Oxford: Hart Publishing.
- Freire, João (2011), "Tendências pesadas da evolução do Estado Social em Portugal", *Plataforma Barómetro Social*, acessado em 28/08/2011: <http://barometro.com.pt/archives/377>.
- Hespanha, Pedro e Portugal, Silvia (2009), "Sociedad Providencia", in A. Cattani, J.-L. Coraggio e J.-L. Laville (orgs.), *Diccionario de la Otra Economía*. Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento, 337-344.
- Holzmann, Lorena; Padrós, Enrique S. (2003), *1968 Contestação e Utopia*. Porto Alegre: UFRGS.  
<http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=projects&lang=pt&id=116>
- Jessop, Bob (1990), *State Theory: Putting the Capitalist State in Its Place*. Cambridge: Polity Press.
- Jessop, Bob (1993), "Toward a Schumpeterian Workfare State? Preliminary Remarks on Post-Fordist Political economy", *Studies in Political Economy*, 40, pp. 7-39.
- Laville, Jean-Louis e Roustang, Guy (1999), "L'enjeu d'un partenariat entre État et société civile". In. Defourny et al., *Economie sociale au Nord et au Sud*. Bruxelles: Deboeck, 217-238.
- Leccardi, Carmen (2005), "Por um novo significado do futuro: mudança social, jovens e tempo", *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, 17(2), pp. 35-57.
- Lenine, Vladimir Ilitch (1978 [1917]), *O Estado e a Revolução*. Lisboa: editorial Avante!/ Edições Progresso.
- Louçã, Francisco e Caldas, José M. Castro (2009), *Economia(s)*. Porto: Afrontamento.
- Marcuse, Herbert (1967), *O Homem Unidimensional*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Melucci, Alberto (1996), *Challenging Codes. Collective Action in the Information Age*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Morris, Paul (1996), "Community Beyond Tradition", in Heelas, Paul et al. (eds.), *Detraditionalization*. Oxford: Blackwell, 223-249.
- Oliveira, Luísa e Carvalho, Helena (2010), *Regulação e Mercado de Trabalho: Portugal e a Europa*. Lisboa: Edições Sílabo.

- Polanyi, Karl (1980), *A Grande Transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus.
- Portugal, Sílvia (2011), “Dádiva, família e redes sociais”, in Portugal, Sílvia e Martins, Paulo Henrique (org.), *Cidadania, Políticas Públicas e Redes Sociais*. Coimbra: Imprensa Universidade Coimbra, 39-54.
- Poulantzas, Nicos (1971), *Poder Político e Classes Sociais*. Porto: Portucalense Editora.
- Poulantzas, Nicos (1978), *O Estado, o Poder, o Socialismo*. Lisboa: Moraes Editores.
- Ramos, M. C. Pereira (2011), “Economia solidária, plural e ética, na promoção do emprego, da cidadania e da coesão social”, *Laboreal*, vol. VII, nº 1, 81-84. Acessado em 8/9/2011 em: <<http://laboreal.up.pt/revista/artigo.php?id=48u56oTV658223533894:245552>>
- Ribeiro, Gustavo Lins (2000) “Política Ciber cultural: ativismo político à distância na comunidade transnacional imaginada-virtual”, in Alverez, S.; E. Dagnino; A. Escobar (orgs.), *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, pp. 465-502.
- Rosa, Eugénio (2008), *As Desigualdades em Portugal*. Documento de apoio ao XI Congresso da CGTP-IN. Lisboa (mimeo).
- Rosa, Maria João; Chitas, Paulo (2010), *Portugal: os números*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Rousseau, Jean-Jacques (2000 [1762]) *Do Contrato Social*. São Paulo: Ed. Martin Claret.
- Ruivo, Fernando (2000), *O Estado Labiríntico: o poder relacional entre poderes local e central em Portugal*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (1990), *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (1994), *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (2005), *Fórum Social Mundial: Manual de Uso*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (2011), *Portugal: Ensaio contra a autoflagelação*. Coimbra: Editora Almedina.
- Santos, Boaventura de Sousa (org.) (2004), *Trabalhar o Mundo: os caminhos do internacionalismo operário*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa; Avritzer, Leonardo (2003), “Introdução: para ampliar o cânone democrático”, in *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa*. Porto: Afrontamento, pp. 35-69.
- Santos, Boaventura de Sousa; Ferreira, Sílvia (2001), “A reforma do Estado-Providência entre globalizações conflitantes”, in Hespanha, Pedro; Carapinheiro, Graça,(orgs.) *Risco Social e Incerteza: pode o Estado social recuar mais?*. Porto: Afrontamento, pp. 177-225.

- Silva, Filipe Carreira da (2009), “Metamorfoses do Estado: Portugal e a emergência do Estado neo-social”, in Carmo, Renato Miguel e Rodrigues, João (orgs.), *Onde pára o Estado? Políticas públicas em tempos de crise*. Lisboa: Edições Nelson de Matos, pp. 19-51.
- Silva, Manuel Carvalho da (2007), *Trabalho e Sindicalismo em tempo de Globalização. Desenvolvimento*. Mafrá: Círculo de Leitores.
- Silva, Rui Brites Correia da (2011), *Valores e Felicidade no Século XXI: um retrato sociológico dos portugueses em comparação europeia*. Dissertação de Doutoramento. Lisboa: ISCTE-IUL.
- Skidmore, Paul e Bound, Kirsten (2008), *The Everyday Democracy Index*. Londres: DEMOS.
- Tilly, Charles (1978), *From Mobilization to Revolution*. Addison/Mass: Wesley Publishing Company.
- Touraine, Alain (1985), “An Introduction to the Study of Social Movements”, *Social Research*, 52(4), 749-788.
- Touraine, Alain (2006), “Na fronteira dos movimentos sociais”, *Sociedade e Estado*, 21(1), 17-28.
- Vala, Jorge; Anália Torres; Alice Ramos e Susana Lavado (2010), *European Social Survey 2002-2008. Destaques – resultados globais comparativos*. Lisboa: ICS/CIES/FCT.
- Veenhoven, Robert (2011), *Happiness in Nations. World Database of Happiness*, Erasmus University Rotterdam, The Netherlands. Acedido em 7/09/2011: [http://worlddatabaseofhappiness.eur.nl/hap\\_nat/nat\\_fp.php?mode=1](http://worlddatabaseofhappiness.eur.nl/hap_nat/nat_fp.php?mode=1)
- Veenhoven, Ruut; Hagerty, Michael (2006), “Rising happiness in Nations 1946-2004. A reply to Easterlin”, *Social Indicators Research*, vol. 79, pp. 421-436. In: <http://publishing.eur.nl/ir/repub/asset/16435/2006a-full.pdf>
- Waterman, Peter (2002), “O internacionalismo sindical na era de Seattle”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 62. Coimbra; CES, pp. 33-68.
- Wright, Erik Olin (1978), *Class, Crisis and the State*. Londres: Verso.